



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1219

PRINCEPS ET TYRANNUS: O BOM E O MAU GOVERNANTE NA ÉPOCA DO ALTO IMPÉRIO ROMANO

Alex Aparecido da Costa

(LEAM/UEM)

Prof^a. Dr^a. Renata Lopes Biazotto Venturini

(LEAM/DHI/PPH/UEM)

Resumo. Durante o Alto império romano, a noção de *princeps* condensava os aspectos que caracterizavam a figura do bom governante, enquanto a ideia de *tyrannus* funcionava como sua antítese, pois representava o conjunto de posturas, atitudes e comportamentos a serem evitados. Diante disso, este artigo tem por objetivo apresentar os principais traços que delineavam a postura tirânica do homem político, especialmente do imperador, na visão dos romanos. Para isso, nossa proposta colocará em tela algumas discussões pautadas na bibliografia específica sobre o assunto e a análise de trechos da obra *Panegírico de Trajano*, de Plínio, o Jovem. Senador de origem equestre, Plínio construiu sua carreira pública em estreita colaboração com o poder imperial, exerceu os primeiros cargos durante a época dos Flávios, mas alcançou as mais altas magistraturas sob os Antoninos. Foi em homenagem ao segundo imperador desta dinastia, Trajano, que Plínio escreveu o discurso que leva o nome do governante. Nele, o autor constrói uma imagem favorável do César por meio de uma elaborada oratória, na qual se utilizou, dentre outros elementos, da comparação. Ao opor as ideias de príncipe e tirano Plínio associou a primeira a Trajano e a segunda a Domiciano, fundamentando o elogio do primeiro a partir da desconstrução do segundo, baseando-se em valores reconhecidos pela ordem senatorial e respaldados pela filosofia estoica e pelas tradições morais romanas.

Palavras-chave: Discurso; principado romano; Plínio, o Jovem; Trajano.

INTRODUÇÃO

Na passagem do século I d. C. para o século II d. C. o império romano era administrado por um sistema denominado principado. Nele, o governante, entendido como primeiro cidadão, *princeps*, detinha ampla autoridade nas esferas políticas, militares, jurídicas e religiosas, o que lhe permitia atuar, muitas vezes, de forma

autocrática. Tal magnitude de poder era advindo da adesão das ordens superiores da sociedade romana, decuriões, eqüestres e, principalmente, senadores. O apoio desses grupos dependia, muitas vezes, negociação, do consentimento ou da submissão imposta, o que variava conforme a postura adotada e as circunstâncias que tivessem levado o príncipe reinante ao poder. Nesse sentido, as atitudes do governante, conforme suas variações, faziam a imagem do César variar entre os atributos que compunham a figura do príncipe ou do tirano de acordo com a visão daqueles grupos, encabeçados pelos senadores, que compunham a elite imperial. Para o Senado, as noções de *princeps* e *tyrannus* condesavam ideias oriundas da filosofia estóica e remanescentes dos valores ancestrais romanos, sobretudo aqueles forjados pela memória sobre os primórdios da República, segundo a qual, indivíduos imbuídos de espírito cívico derrubaram a realeza que oprimia os cidadãos de Roma. Inserido nesse contexto, o governo de Trajano (97 d. C. -117 d. C.) procurou a conciliação com os grupos dirigentes afastando-se de atitudes que pudessem ser vistas como monárquicas e assumindo posturas que aproximassem o César do modelo de primeiro cidadão, legitimando seu poder. Essa postura foi celebrada por Plínio, o Jovem, no discurso proferido em 100 d. C. na ocasião de sua posse da magistratura consular, cargo para o qual foi indicado pelo César. Tal discurso, que passou para a posteridade com o título de *Panegírico de Trajano*, funcionou também como instrumento de propaganda, buscando ilustrar favoravelmente o governante.

OBJETIVOS

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo destacar alguns aspectos da oposição entre as noções de *princeps* e *tyrannus* exploradas por Plínio, o Jovem, em seu discurso de homenagem ao imperador Trajano. A discussão a respeito das características dos dois modelos, bem como os contrastes destas com as figuras a quem foram atribuídas no discurso pliniano são tópicos que podem favorecer nosso entendimento acerca dessa, que foi uma das estratégias utilizadas pelo César e pelos membros que compunham seu círculo para buscar conciliação com o Senado e demais grupos que compunham a elite do mundo romano.

RESULTADOS

A antítese do príncipe ideal se configurava na figura do *tyrannus*. Usando como mote uma frase de Plínio: “Além do mais, não há bom elogio sem comparação” (*Panegírico*, 53, 1), podemos fixar melhor o modelo do príncipe ideal contrapondo-o ao arquétipo do príncipe ruim – o tirano. Tal comparação oferece os aspectos decisivos para entendermos a idealização do príncipe, pois sintetiza as características essenciais que foram manipuladas nos discursos políticos de propaganda do regime imperial. Como recurso retórico Plínio fez a oposição *princeps/tyrannus* comparando, no *Panegírico*, Trajano com Domiciano.

De tudo isso resulta que os retratos que nos são propostos são quase sempre terríveis caricaturas das quais devemos desconfiar. Entretanto, é possível extrair as tendências ideológicas que orientam a construção desses quadros; é necessário também buscar a través de cada um as indicações de como os príncipes viam a si mesmos. Agrupando todos esses traços chegamos a uma constatação que parece dominar a ideologia de Roma nesse período: o exercício do poder imperial criou uma situação fundamentalmente trágica. (MICHEL, 1969, p. 88).

Ou seja, devemos nos acautelar com o discurso de Plínio e sermos críticos o suficiente para compreender que a exaltação propagandística de Trajano exigia um contraponto concreto. Contudo, tal oposição não se construiu apenas com dados da política empreendida pelo último Flávio, mas também por ter sido atribuída a ele a figura do tirano. Esse cuidado é necessário, especialmente, pelo fato de termos informações abonadoras do governo de Domiciano, que “instituiu, sob bons aspectos, uma administração competente do império, animada de um espírito autêntico de responsabilidades. [...] Cavaleiros, a plebe, e os pequenos e médios proprietários constituíam a base social da política de Domiciano” (CIZEK, 1983, p. 87-88). Portanto, Domiciano não fora um tirano para todo o mundo romano, mas foi impiedoso e opressor para com setores ilustrados que viam especialmente na adequação às diretrizes estoicas a melhor forma de governo. Como Plínio simpatizava com esse grupo conferiu a Domiciano o arquétipo de *tyrannus*.

Conforme adiantamos anteriormente, a noção de tirania em Roma remontava ao passado, especialmente à passagem da monarquia à República. E, por isso, o panegirista não deixa de citar Bruto como exemplo de bom servidor à pátria. “Ele rejeita, expulsa a tirania e todos os males sofridos por uma cidade cativa” (PLÍNIO, *Panegírico*, 55, 6, 7). A tradicionalmente celebrada obra de Bruto foi a expulsão do último rei etrusco de Roma, o que abriu o caminho para o estabelecimento da República sob a direção da aristocracia. Tarquínio, o Soberbo é um dos personagens históricos de Roma mais frequentemente qualificado como tirano. Entre outras de suas características negativas uma das mais desabonadoras foi “ter chegado ao poder por um golpe de força e não por via regular como seus predecessores” (BÉRANGER, 1935, p. 89). Fixada, assim, nos primórdios da República, a aversão romana aos tiranos foi, então, transmitida entre as gerações e era uma parte importante dos valores tradicionais mais caros aos ao Senado.

Desde suas primeiras lições a criança aprende a odiar os tiranos e a admirar os tiranicidas. [...] O jovem aluno aprende igualmente que o tirano é egoísta, caprichoso, que ele ignora a justiça, que ele se assemelha a uma besta selvagem (CIZEK, 1982, p. 74).

A educação de Plínio não fugiu a esse costume. Nesse sentido cabe ressaltar a influência de sua educação com Quintiliano, autor da *Institutio oratória*, obra, como muitos tratados de retórica da época, na qual “o tema do tirano era o assunto por excelência dos exercícios de declamação” (BÉRANGER, 1935, p. 87). Mas a aversão ao tirano deve também um importante aporte à filosofia grega, Oliveira (1996) destaca que Platão, em *A república*, contrapõe o sábio, com seu conhecimento benéfico ao Estado, ao tirano, egoísta e de caráter desonesto, moralmente inferior por lhe faltar o elemento filosófico. Michel (1969, p. 56), tratando de Plutarco, também delinea a figura do tirano: “eram os tiranos, que fazendo mal aos seus concidadãos, que governavam contra as leis e se destacavam especialmente por sua crueldade”.

Durante a República romana, um dos pilares da manutenção do sistema foi, sem dúvida, a cultivada aversão à tirania. Qualquer acumulação de poder pessoal era indício de aspiração à realeza, interpretada por fim como inclinação para o poder

absoluto (BÉRANGER, 1935). Contudo, a noção de realeza não era necessariamente compatível com a ideia de tirania.

Em Roma, para a manutenção do sistema republicano oligárquico, os aspectos positivos da figura do rei foram esvaziados e toda a ênfase foi dada aos aspectos negativos que delineavam o tirano. Apenas uma tênue lembrança da figura real foi mantida, mas remetendo apenas aos aspectos religiosos. As responsabilidades dos antigos reis passaram a ser exercidas pelos aristocratas de forma difusa sob a cautela do sistema de magistraturas. Posteriormente, com o advento do Principado, as características positivas da realeza, aprimoradas pelo estoicismo, foram recuperadas para respaldar o poder pessoal dos imperadores.

Coincidências históricas e literárias criaram um tipo, cristalizando os sentimentos de reprovação contra o déspota. O tirano apresenta traços indelévels, convencionais. A antítese, ao contrário, reveste uma fisionomia móvel, impessoal. Retrato moral: aquele do homem político virtuoso (BÉRANGER, 1953, p. 264-265)

É com essa oposição de modelos que Plínio trabalhou em sua obra. Pois, era necessário exaltar as virtudes do imperador, assim as imagens criadas orbitavam em torno da ideia do bom governante e do tirano, úteis para a percepção coletiva do bem e do mal (OLIVEIRA, 2001). A nós cabe o trabalho de compreender, a partir do *Panegírico*, a abstração pliniana do príncipe ideal construída sobre a imagem do tirano, já que, segundo Oliveira (1996), em virtude do discurso político, e aqui enfatizamos o de Plínio, o imperador Trajano tornou-se o modelo vivo do governante ideal, o *optimus princeps*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as características das noções de *princeps* e *tyrannus* relacionadas às ideias do bom e do mal governando durante a época do principado percebemos que no período em tela, aspectos importantes dos valores ancestrais romanos eram utilizados para exaltar e fazer a propaganda do príncipe reinante.

Assim, a oposição entre Trajano e Domiciano, estabelecida por Plínio no *Panegírico*, foi construída com base em modelos amplamente solidificados na memória dos membros das elites, que também, em grande medida, eram adeptas do estoicismo. Nessa junção de tradição e filosofia as características opostas do príncipe e do tirano serviram para ressaltar os traços que os governantes possuíam e também os que eles não possuíam, além de, em certa medida, acentuar o antagonismo de suas imagens apesar da existência de certa comunhão entre algumas de suas diretrizes políticas e administrativas.

REFERÊNCIAS

Fonte impressa

PLINE LE JEUNE. **Panegyrique de Trajan**. Texte établi et traduit par Marcel Durry. 4. Ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

Bibliografia

BÉRANGER, Jean. Tyrannus: notes sur la notion de tyrannus chez les romains particulièrement à l'époque de César et le Cicéron. **Revedes Études Latines**. Tome XIII, p. 85-94, 1935.

_____. **Recherches sur l'aspect idéologique du principat**. Verlag Friederich Reinhardt Ag Basel, 1953.

CIZEK, Eugen. **L'époque de Trajan**: circonstances politiques et problèmes idéologiques. Paris: Les Belles Letres, 1983.

_____. **Néron**. Paris: Fayard, 1982.

MICHEL, Alain. **La philosophie politique à Rome d'Auguste à Marc Aurèle**. Paris, Armand Colin, 1969.

OLIVEIRA, Andrea Lúcia Dorini de. **Poder e mito: o Principado na perspectiva da literatura latina (Tácio, Suetônio e Plínio, o Jovem)**. Assis: 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP.

_____. Andrea Lúcia Dorini de. **Princeps e Basileus nos discursos de Dion Crisóstomo (96 a 117 d. C.)**. Assis: 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista – UNESP.